

ACÓRDÃO Nº 08736/2018 - Segunda Câmara Extraordinária

Processo nº : 03268/2017
Município : JATAÍ
Interessado : PODER EXECUTIVO
Período : JANEIRO A DEZEMBRO/2016
Gestor : HUMBERTO DE FREITAS MACHADO – Prefeito
CPF : 341.665.801-91
Período : 01/01/2016 a 31/12/2016

Contas de Gestão. Município de JATAÍ. Exercício de 2016. EMISSÃO DE ACÓRDÃO para DECLARAR irregularidades e ressalva e imputar multa. Convergente com a SCMG e com o MPC.

VISTOS e relatados os presentes autos, que tratam da apreciação das **CONTAS DE GESTÃO** de responsabilidade do senhor **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO** gestor e Prefeito do Município de **JATAÍ**, referentes ao exercício de 2016.

Em atenção à tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, em 17 de agosto de 2016, e tendo em vista as orientações contidas na Resolução nº 01/2018 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, **o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás editou a IN nº 010/2018**, estabelecendo os ritos processuais para as análises das Contas de Governo e para as Contas de Gestão e Tomada de

Contas Especial em que o Prefeito Municipal figure como gestor, bem como para sanções delas decorrentes.

DECIDEM os Conselheiros do **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**, reunidos em segunda câmara, acolhendo as razões expostas no voto do Relator, em:

I. DECLARAR que na análise das contas de Gestão do Sr. **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO**, Gestor e Prefeito Municipal de **JATAÍ** no exercício de 2016, foram constatadas as seguintes irregularidades:

***Item 2.** A contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS não obedece às disposições da legislação previdenciária municipal (Dispositivo violado: art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15).*

***Item 3.** Houve inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários acordados com o Regime Próprio de Previdência Social. Durante o exercício de 2016, o Poder Executivo pagou o montante de R\$1.239.041,44 (fl. 538/540 vol.5) no elemento 4.6.90.71.01 destinado ao pagamento de parcelamentos previdenciários. Todavia, considerando os parcelamentos previdenciários em vigor no município com parcelas vincendas em 2016 (fl. 541 vol.5), o Poder Executivo deveria ter empenhado e pago, no mínimo, o montante de R\$4.682.786,52.*

II. Ressalvar a falha descrita no item 1, conforme a análise técnica;

III. APLICAR multa sanção ao gestor, no montante de R\$ **1.000,00**, prevista no art. 47 - A, inciso IV, letra a, da Lei Estadual nº 15.958/07 – LOTCM/GO, na redação dada pela Lei nº 19.044, de 13/10/2015, na forma do (s) quadro (s) abaixo:

Gestor	HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
CPF	341.665.801-91
Descrição da Irregularidade Praticada	1) Contribuição patronal em desacordo com a legislação previdenciária municipal (item 2). 2) Inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários parcelados (item 3).
Dispositivo Legal ou Normativo Violado	1) Art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15 (item 2). 2) Termos de Parcelamento nº. 00024/2007, 00867/2014 e

	00801/2015 (item 3).
Base Legal para Imputação de Multa	Art. 47 – A, inciso IV, da Lei Estadual nº 15.958/07.
Valor da Multa	R\$1.000,00. equivalentes a 10% do valor máximo estabelecido no caput do art. 47 - A da LOTCM/GO

IV. RECOMENDAR ao Gestor atual que:

(a) adote as medidas necessárias para que não reincida nas falhas apontadas nos itens 1, 2 e 3;

(b) promova as medidas necessárias para compor seu sistema de Controle Interno com servidores do quadro efetivo, com a finalidade de se evitar a alternância inadequada de pessoas nesta função, nos termos da IN TCM nº 008/2014;

(c) promova as medidas necessárias para se adaptar às exigências constantes da Lei nº 12.527/2011, devendo, ainda, atualizar periodicamente as informações disponíveis no portal oficial da prefeitura, nos termos da IN TCM nº 005/2012;

(d) promova as medidas necessárias para adequar o quantitativo de cargos comissionados e efetivos de cada órgão/entidade da administração municipal, de forma a resguardar a proporcionalidade exigida pela Constituição Federal, ou seja, em qualquer órgão/entidade da administração os cargos efetivos devem constituir a maioria do quantitativo total de cargos, nos termos do Acórdão nº 04867/10 do TCM/GO;

(e) na escolha dos membros da comissão de licitação e na designação dos pregoeiros sejam selecionados servidores pertencentes ao quadro efetivo da unidade ou ente promotor do certame, devendo, ainda, a equipe de apoio ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo da administração, nos termos da IN TCM nº 009/2014.

Por força da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal ao decidir o Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, o presente Acórdão não produz efeitos para os fins do art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/1990, relativamente ao Sr. **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO**, Gestor e Prefeito Municipal de **JATAÍ** no exercício de 2017.

Destaca-se que os documentos/informações foram analisados sob o aspecto da veracidade ideológica presumida, e ainda, que as conclusões registradas no presente certificado não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, auditorias e denúncias.

À SUPERINTENDÊNCIA DE SECRETARIA para os devidos fins.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, 4 de Dezembro de 2018.

Presidente: Nilo Sérgio de Resende Neto

Relator: Valcenôr Braz de Queiroz.

Presentes os conselheiros: Cons. Nilo Sérgio de Resende Neto, Cons. Sérgio Antônio Cardoso de Queiroz, Cons. Valcenôr Braz de Queiroz, Cons. Sub. Irlany de Carvalho Júnior e o representante do Ministério Público de Contas, Procurador Henrique Pandim Barbosa Machado.

Votação:

Votaram(ou) com o Cons.Valcenôr Braz de Queiroz: Cons. Nilo Sérgio de Resende Neto, Cons. Sérgio Antônio Cardoso de Queiroz.

RELATÓRIO - VOTO

Processo nº : 03268/2017
Município : JATAÍ
Interessado : PODER EXECUTIVO
Período : JANEIRO A DEZEMBRO/2016
Gestor : HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
CPF : 341.665.801-91
Período : 01/01/2016 a 31/12/2016

Ementa: Contas de Gestão 2016. JATAÍ. Poder Executivo. REJEIÇÃO com MULTA. Convergente com SCMG e MP.

DAS INICIAIS

Tratam os presentes autos das Contas de Gestão do Poder Executivo do Município de **JATAÍ**, referentes ao exercício de 2016. A análise e o julgamento das contas de gestão se fazem com fulcro na Constituição Federal (§ 1º do art. 31 e inciso II do art. 71), na Instrução Normativa IN 08/2015, na Instrução Normativa IN 09/2015 e na Decisão Normativa DN 04/2017.

De acordo com o § 1º do art. 11 da *Lei Estadual nº 15.958/07 (LOTOM/GO)*, o julgamento das contas de gestão de cada exercício dar-se-á no balancete do mês de dezembro, considerando, além dos documentos apresentados no balancete físico, o movimento contábil mensal da execução orçamentária e financeira enviado ao Tribunal, pelo jurisdicionado, de forma eletrônica (*SICOM/TCM*), abrangendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

DA SECRETARIA DE CONTAS MENSAIS DE GESTÃO - SCMG

A Secretaria de Contas Mensais de Gestão se manifestou nos autos por meio do

Certificado n. 02309/2018 (fls.344/348, VOL. 7/7), opinando pela **Irregularidade** das Contas de Gestão do senhor **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO** chefe do **Poder Executivo** do Município de **JATAÍ**, no exercício de 2016, em razão das irregularidades apontadas nos **itens 2 e 3** do Certificado de Auditoria, com aplicação de multa, nos seguintes termos:

(...)

II – CONCLUSÃO

Após análise dos autos, bem como dos dados enviados eletronicamente a este Tribunal de Contas, esta especializada opina no sentido de que os apontamentos discriminados nos itens 2 e 3 motivam o julgamento pela irregularidade da presente prestação de contas, nos termos do art. 12, inciso III e alíneas, da Lei Estadual nº. 15.958/07 (LOTCMGO).

*Diante do exposto, a Secretaria de Contas Mensais de Gestão, no uso de suas atribuições legais, submete o presente certificado à consideração superior, propondo que sejam julgadas **IRREGULARES** as Contas de Gestão de **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO**, gestor do **PODER EXECUTIVO** do município de **JATAÍ** no exercício financeiro de 2016.*

Em decorrência do julgamento pela irregularidade das contas, esta especializada propõe a aplicação de multa sanção ao gestor, na forma do quadro abaixo:

Gestor	HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
CPF	341.665.801-91
Descrição da Irregularidade Praticada	1) Contribuição patronal em desacordo com a legislação previdenciária municipal (item 2). 2) Inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários parcelados (item 3).
Dispositivo Legal ou Normativo Violado	1) Art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15 (item 2). 2) Termos de Parcelamento nº. 00024/2007, 00867/2014 e 00801/2015 (item 3).
Base Legal para Imputação de Multa	Art. 47 – A, inciso IV, da Lei Estadual nº 15.958/07.
Valor da Multa	R\$1.000,00.

Evidencia-se que a Secretaria de Contas Mensais de Gestão considerou os documentos constantes da prestação de contas, assim como as informações apresentadas ao SICOM sob o aspecto da veracidade ideológica presumida.

Destaca-se, outrossim, que as conclusões registradas no presente certificado não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, denúncias ou tomada de contas.

DA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Atuando conclusivamente nos autos, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 05974/2018, juntado às fls. 349, vol. 7/7, se manifestou em convergência com o entendimento técnico da Secretaria de Contas Mensais de Gestão, conforme a seguir:

Cuida-se das contas de gestão referentes ao exercício de 2016 do município em epígrafe.

*Realizada a análise financeira, orçamentária, contábil e patrimonial pela unidade técnica do TCM/GO, foi sugerida a **irregularidade** das presentes contas, com imputação de multa ao gestor, como revela a leitura do Certificado de nº 02309/2018.*

Ancorado em tal exame, de cunho eminentemente técnico, e a bem da maior efetividade no exercício do controle externo, o Ministério Público de Contas:

- a) Opina pela **irregularidade** das presentes contas, com a imputação de multa indicada pela referida unidade técnica;*
- b) Registra que a análise instrutiva da presente prestação de contas de gestão foi efetuada de acordo com os pontos de controle estabelecidos na Decisão Normativa nº 00004/2018-TCM, e não elide responsabilidades por atos não alcançados na presente análise e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados tais como inspeções, denúncias ou tomadas de contas especiais. **(IRIM)***

É o Relatório.

VOTO DO RELATOR

Constata-se que a Secretaria de Contas Mensais de Gestão e o Ministério Público de Contas manifestaram pela IRREGULARIDADE das presentes contas, em razão da permanência das

irregularidades apontadas nos **itens 2 e 3** do Certificado de Auditoria, abaixo descritas, com aplicação de multa:

2. A contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS não obedece às disposições da legislação previdenciária municipal (Dispositivo violado: art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15).

3. Houve inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários acordados com o Regime Próprio de Previdência Social. Durante o exercício de 2016, o Poder Executivo pagou o montante de R\$1.239.041,44 (fl. 538/540 vol.5) no elemento 4.6.90.71.01 destinado ao pagamento de parcelamentos previdenciários. Todavia, considerando os parcelamentos previdenciários em vigor no município com parcelas vincendas em 2016 (fl. 541 vol.5), o Poder Executivo deveria ter empenhado e pago, no mínimo, o montante de R\$4.682.786,52.

Justificativa: O gestor afirma que com autorização da Lei nº 3.867/2017, os débitos previdenciários junto ao JATAIPREV foram parcelados em 60 prestações mediante Termos de Acordo de Parcelamento nº 197/2017, 189/2017, 190/2017 e 180/2017. Salienta que os mesmos débitos foram reparcelsados em 200 parcelas com autorização dada pela Lei nº 3.921/2017, mediante Termos de Acordo de Parcelamento nº 764/2017, 766/2017, 765/2017 e 767/2017 (fls. 036/491, vol.5, 001/317 – vol. 6, 001/278 – vol. 7).

Alega que o valor do parcelamento pertencente ao Poder Executivo e não recolhido em 2016, é de R\$ 2.470.674,12 (fls. 330/332, vol.7) e que os outros valores não recolhidos pertencem a outros órgãos, e consequentemente são de responsabilidade de outros gestores.

Análise da Secretaria: Embora o gestor tenha alegado que os débitos previdenciários junto ao Instituto de Previdência Própria do Município (JATAIPREV) foram parcelados e posteriormente reparcelsados, constatou-se que tais negociações ocorreram no exercício de 2017. Portanto, durante o exercício de 2016, os pagamentos deveriam ter ocorrido de forma regular, não podendo o gestor se eximir de tal responsabilidade. Assim, o fato das parcelas não pagas no exercício de 2016 terem sido motivo de parcelamento na gestão posterior, não regulariza a conduta de quem por dever deixou de efetuar os devidos pagamentos em sua gestão.

Com relação à alegação de que montante não recolhido pelo Poder Executivo foi de R\$ 2.470.674,12, verifica-se que tal afirmativa é comprovada mediante apresentação de quadro de detalhamento anexado aos autos (fls. 339/342 – vol. 7). Dessa forma, conclui-se que houve o inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários acordados com o Regime Próprio de Previdência Social, haja vista que durante o exercício de 2016, o Poder Executivo deixou de recolher o montante de R\$ 2.470.674,12. Portanto, a **irregularidade será mantida**.

Esta Relatoria, após análise dos autos, alinha-se integralmente com o posicionamento e a análise técnica apresentada pela Secretaria de Contas Mensais de Gestão, então acompanhada pelo Ministério Público Especial, no sentido de que sejam julgadas **Irregulares** as presentes Contas de Gestão, de responsabilidade do senhor **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO** chefe do **Poder Executivo** do Município de **JATAÍ**, no exercício de 2016, em razão das irregularidades apontadas nos **itens 2 e 3** do Certificado de Auditoria, acima descritas, com aplicação de multa.

Em atenção à tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, em 17 de agosto de 2016, e tendo em vista as orientações contidas na Resolução nº 01/2018 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, o **Tribunal de**

Contas dos Municípios do Estado de Goiás editou a **IN nº 010/2018**, estabelecendo os ritos processuais para as análises das Contas de Governo e para as Contas de Gestão e Tomada de Contas Especial em que o Prefeito Municipal figure como gestor, bem como para sanções delas decorrentes.

Ressalta-se que o gestor do Poder Executivo do Município de JATAÍ, durante o exercício de 2016, era o Prefeito Municipal, Sr **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO**.

Em razão desse fato, o presente Voto será convertido em 2 instrumentos processuais distintos, quais sejam:

1º - **Parecer Prévio** - que manifestará a Câmara Municipal o posicionamento técnico deste Tribunal acerca das Contas de Gestão de responsabilidade do Sr. Prefeito;

2º - **Acórdão** – que declarará a situação das contas do Prefeito, apontará as possíveis ressalvas e irregularidades, aplicará as sanções, recomendações e determinações quando cabíveis. Caso constatado que nas Contas de Gestão, além do Prefeito, atuaram um ou mais gestores, o julgamento das respectivas contas deverá compor o mesmo Acórdão.

Com base no que acima foi exposto, esta Relatoria manifesta o seu Voto por:

- PARECER PREVIO

I. Manifestar à Câmara Municipal o seu parecer pela **REJEIÇÃO** das contas de gestão de responsabilidade do Sr. **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO**, Gestor e Prefeito Municipal de **JATAÍ** no exercício de 2016, em razão das falhas apontadas nos Itens 2 e 3 do Certificado de Auditoria.

II. Ressalvar o item 1, conforme a análise técnica.

III. Determinar, após o trânsito em julgado, que os autos sejam encaminhados à Câmara Municipal de JATAÍ para providências e julgamento, por força da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal ao decidir o Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, de 17 de agosto de 2016.

- ACÓRDÃO

I. DECLARAR que na análise das contas de Gestão do Sr. **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO**, Gestor e Prefeito Municipal de **JATAÍ** no exercício de 2016, foram constatadas as seguintes irregularidades:

Item 2. *A contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS não obedece às disposições da legislação previdenciária municipal (Dispositivo violado: art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15).*

Item 3. *Houve inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários acordados com o Regime Próprio de Previdência Social. Durante o exercício de 2016, o Poder Executivo pagou o montante de R\$1.239.041,44 (fl. 538/540 vol.5) no elemento 4.6.90.71.01 destinado ao pagamento de parcelamentos previdenciários. Todavia, considerando os parcelamentos previdenciários em vigor no município com parcelas vincendas em 2016 (fl. 541 vol.5), o Poder Executivo deveria ter empenhado e pago, no mínimo, o montante de R\$4.682.786,52.*

II. Ressalvar a falha descrita no item 1, conforme a análise técnica;

III. APLICAR multa sanção ao gestor, no montante de R\$ **1.000,00**, prevista no art. 47 - A, inciso IV, letra a, da Lei Estadual nº 15.958/07 – LOTCM/GO, na redação dada pela Lei nº 19.044, de 13/10/2015, na forma do (s) quadro (s) abaixo:

Gestor	HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
CPF	341.665.801-91
Descrição da Irregularidade Praticada	1) Contribuição patronal em desacordo com a legislação previdenciária municipal (item 2). 2) Inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários parcelados (item 3).
Dispositivo Legal ou Normativo Violado	1) Art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15 (item 2). 2) Termos de Parcelamento nº. 00024/2007, 00867/2014 e 00801/2015 (item 3).
Base Legal para Imputação de Multa	Art. 47 – A, inciso IV, da Lei Estadual nº 15.958/07.
Valor da Multa	R\$1.000,00. equivalentes a 10% do valor máximo estabelecido no caput do art. 47 - A da LOTCM/GO

IV. RECOMENDAR ao Gestor atual que:

(a) adote as medidas necessárias para que não reincida nas falhas apontadas nos itens 1, 2 e 3;

(b) promova as medidas necessárias para compor seu sistema de Controle Interno com servidores do quadro efetivo, com a finalidade de se evitar a alternância inadequada de pessoas nesta função, nos termos da IN TCM nº 008/2014;

(c) promova as medidas necessárias para se adaptar às exigências constantes da Lei n.º 12.527/2011, devendo, ainda, atualizar periodicamente as informações disponíveis no portal oficial da prefeitura, nos termos da IN TCM nº 005/2012;

(d) promova as medidas necessárias para adequar o quantitativo de cargos comissionados e efetivos de cada órgão/entidade da administração municipal, de forma a resguardar a proporcionalidade exigida pela Constituição Federal, ou seja, em qualquer órgão/entidade da administração os cargos efetivos devem constituir a maioria do quantitativo total de cargos, nos termos do Acórdão nº 04867/10 do TCM/GO;

(e) na escolha dos membros da comissão de licitação e na designação dos pregoeiros sejam selecionados servidores pertencentes ao quadro efetivo da unidade ou ente promotor do certame, devendo, ainda, a equipe de apoio ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo da administração, nos termos da IN TCM nº 009/2014.

Por força da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal ao decidir o Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, o presente Acórdão não produz efeitos para os fins do art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/1990, relativamente ao Sr. **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO**, Gestor e Prefeito Municipal de **JATAÍ** no exercício de 2017.

Destaca-se que os documentos/informações foram analisados sob o aspecto da veracidade ideológica presumida, e ainda, que as conclusões registradas no presente certificado não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, auditorias e denúncias.

É O VOTO.

GABINETE DO CONSELHEIRO RELATOR, em Goiânia, aos 28 de novembro de 2018.

Valcenôr Braz
Conselheiro Relator